

CONFLITO DE COMPETÊNCIA nº 163626 - PE (2019/0033653-8)

RELATOR : MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA

SUSCITANTE : JURANDIR PIRES GALDINO & CIA LTDA
SUSCITANTE : JPEX COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.
ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS E OUTRO(S) -
PE017380
: PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067
: GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO -
PE025000
: TACIANA DE ALMEIDA BONFIM - PE034805
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 5ª VARA CÍVEL DE
RECIFE - PE
SUSCITADO : JUÍZO DA 21ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR - BA
INTERES. : SOLANGE ALMEIDA MELO
ADVOGADOS : ELEILZA SANTOS SOUZA E OUTRO(S) - BA020387
: BIANCA ANDRADE DE ARAUJO - BA041099

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, no qual são suscitantes as empresas JURANDIR PIRES GALDINO & CIA. LTDA. e JPEX COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e suscitados, o JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 5ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE e o JUÍZO DA 21ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR – BA.

As suscitantes informam que ajuizaram pedido de recuperação na Justiça Comum do Estado de Pernambuco, deferido em 11/1/2019.

Aduzem que (e-STJ fls. 5/6):

(...) paralelamente ao feito acima mencionado, Sra. Solange Almeida Melo ajuizou a Reclamação Trabalhista tombada sob o nº 0000528-78.2018.5.05.0021, na busca de exigir o crédito de R\$ 19.209,52 [dezenove mil, duzentos e nove reais e cinquenta e dois centavos] da primeira Suscitante, decorrentes do período de trabalho naquela empresa, que se deu entre 05/03/2015 até 08/02/2018, nos termos da petição inicial da referida ação trabalhista [DOC. 04], o qual distribuída perante o Juízo Suscitado da 21ª Vara do Trabalho De Salvador/BA, e tombada sob o nº 0000528-78.2018.5.05.0021. Ocorre que, após ajuizamento da ação pelo Reclamante, houve bloqueio nas contas da Primeira Suscitante, da soma de R\$ 829,90 (oitocentos e vinte e nove reais e noventa centavos), cuja ordem adveio do Juízo Suscitado, como não deixa olvidar o extrato em anexo [DOC. 05].

Logo, verifica-se que tal determinação fere a competência do Juízo Universal para decidir sobre o patrimônio das empresas Suscitantes, haja vista que o Juízo Suscitado da 21ª Vara do Trabalho de Salvador/PE não possui competência para tomar decisões que afetem o patrimônio de empresa em recuperação judicial.

Discorrem sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de o Juízo Trabalhista dispor do patrimônio de empresa recuperanda, sob pena de prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postulam liminarmente a suspensão dos atos de constrição proferidos na reclamação trabalhista n. 0000528-78.2018.5.05.0021. No mérito, pedem o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

É o relatório.

Decido.

Encontram-se presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, o que autoriza a concessão da liminar.

O perigo na demora decorre do risco de serem praticados atos de constrição patrimonial, capazes de interferir na execução do plano de recuperação judicial ou prejudicar a ordem de prioridade dos créditos.

O *fumus boni iuris*, por sua vez, também se configura, uma vez que a pretensão encontra amparo na jurisprudência do STJ e do STF, conforme julgados a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Tanto sob a égide do Decreto-lei n. 7.661/1945 como da Lei n. 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda.

(AgRg no CC n. 101.628/SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/5/2011, DJe 1º/6/2011.)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as conseqüências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da 'melhor solução para todos' -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal.

(CC n. 112.799/DF, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/3/2011, DJe 22/3/2011.)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM, COM EXCLUSÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI 11.101/05, EM FACE DO ART. 114 DA CF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO.

I - A questão central debatida no presente recurso consiste em saber qual o juízo competente para processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.

II - Na vigência do Decreto-lei 7.661/1945 consolidou-se o entendimento de que a competência para executar os créditos ora discutidos é da Justiça Estadual Comum, sendo essa também a regra adotada pela Lei 11.101/05.

(...)

V - A opção do legislador infraconstitucional foi manter o regime anterior de execução dos créditos trabalhistas pelo juízo universal da falência, sem prejuízo da competência da Justiça Laboral quanto ao julgamento do processo de conhecimento.

(RE n. 583.955/RJ, TRIBUNAL PLENO, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 27/8/2009.)

Diante do exposto, CONHEÇO do conflito e DEFIRO A LIMINAR pleiteada, para determinar a suspensão dos atos executórios no processo trabalhista de n. 0000528-78.2018.5.05.0021, designando o JUÍZO DE DIREITO DA SEÇÃO A DA 5ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE para decidir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados com urgência, comunicando o teor da liminar e requisitando o seguinte: (i) ao JUÍZO DA 21ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR – BA, cópia da inicial, de eventuais embargos, da sentença e, caso haja, de acórdãos, certidões de trânsito em julgado e cálculos de liquidação homologados, (ii) à 5ª VARA CÍVEL DE RECIFE – PE, informação referente à eventual inclusão, no plano de recuperação judicial, dos bens penhorados na execução trabalhista.

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República, para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator